

COORDENAÇÃO-GERAL

Ministra Regina Helena Costa
Senador Efraim Filho
Marcus Livio Gomes

COORDENAÇÃO-EXECUTIVA

Talita Pimenta Felix
Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva

NORMAS GERAIS DE
PREVENÇÃO DE LITÍGIOS,
CONSENSUALIDADE
E PROCESSO
ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
E CÓDIGO DE DEFESA
DOS CONTRIBUÍNTES

ORGANIZAÇÃO

CARLOS HENRIQUE DE OLIVERA
LEONEL PITTZER
EDUARDO SOUSA PACHECO CRUZ SILVA
LUIZ GUSTAVO BICHARA



Regina Helena Costa

Carlos Henrique de Oliveira

Leonel Pereira Pittzer

João Henrique Chauffaille Grognet

Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva

Luis Gustavo Bichara

PARTE I

**NORMAS GERAIS DE PREVENÇÃO DE LITÍGIOS, CONSENSUALIDADE
E PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

- 36 **AS NORMAS GERAIS DE PREVENÇÃO DE LITÍGIOS, CONSENSUALIDADE
E PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – O PAPEL E OS LIMITES
DA LEI COMPLEMENTAR**

Misabel de Abreu Machado Derzi

Tiago Conde Teixeira

Valter de Souza Lobato

- 64 **PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO: DEVIDO
PROCESSO LEGAL, AMPLA DEFESA, CONTRADITÓRIO E DUPLO GRAU
DE JURISDIÇÃO**

Paulo Ayres Barreto

Carla de Lourdes Gonçalves

- 74 **A DEFINITIVIDADE DA DECISÃO ADMINISTRATIVA E SEU
QUESTIONAMENTO JUDICIAL PELA FAZENDA PÚBLICA**

Gustavo Brigagão

Pedro Grillo

- 91 MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO
TRIBUTÁRIO E A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA DOS CONTRIBUÍNTES
Thais de Laurentiis
- 106 O PROPOSTO ART. 113-A DO CTN: LIMITAÇÕES À APLICAÇÃO DE
PENALIDADES ADMINISTRATIVAS POR INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA
Leandro Paulsen
- 138 AS ATENUANTES NA APLICAÇÃO DE MULTAS E A NÃO APLICAÇÃO
DE REDUÇÕES PUNITIVAS PARA O RESPONSÁVEL E DEVEDOR
CONTUMAZ
Eduardo Perez Salusse
- 153 ANÁLISE CRÍTICA DO LANÇAMENTO PARA PREVENÇÃO DA
DECADÊNCIA NA REFORMA DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL
Carlos Augusto Daniel Neto
- 169 A "INDÚSTRIA DA MULTA" E O LIMITE ÀS PENALIDADES COMINADAS
PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS
Luiz Roberto Peroba Barbosa
- 182 O ALCANCE DOS CONCEITOS UTILIZADOS PELO ANTEPROJETO PARA
A CARACTERIZAÇÃO DAS "ATENUANTES" DA DOSIMETRIA DAS PENAS
Micaela Dominguez Dutra
- 197 PROGRAMAS DE CONFORMIDADE. NOVO ART. 139-B DO CTN
Flávio Vilela Campos
- 219 PROGRAMAS DE CONFORMIDADE NO BRASIL: ONTEM, HOJE E
AMANHÃ
Mário José Dehon São Thiago Santiago

- 230 MEDIAÇÃO DE CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS: POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO ODR DIANTE DOS NOVOS ART. 171 -B E INCISO V DO ART. 174 DO CTN

Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira

Carlos Eduardo Montes Netto

- 248 CONSULTA TRIBUTÁRIA: EFEITOS VINCULANTES, APLICAÇÃO *ERGA OMNES* E NOVO ARTIGO 194-C DO CTN

Alexandre Naoki Nishioka

Giulia Ramos Dalmazo

- 266 CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DO STF E STJ: O NOVO ART. 194-B DO CTN

José Carlos Francisco

- 283 PRECEDENTES JUDICIAIS E O PROCESSO ADMINISTRATIVO-FISCAL

Rodrigo Fux

- 302 ANÁLISE SISTÊMICA DO SOBRESTAMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA DOS TEMAS AFETADOS AOS RECURSOS REPETITIVOS.

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes

Carolina Paes de Castro Mendes

- 319 A COMPATIBILIDADE ENTRE (IN)DISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO E DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO COM A CONSENSUALIDADE

Marcus Livio Gomes

Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva

Manoel Tavares de Menezes Netto

- 339 OS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO MEIO PARA ENFRENTAMENTO ADEQUADO DA LITIGIOSIDADE TRIBUTÁRIA

Onofre Alves Batista Júnior

- 359 CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA ONTEM, HOJE E AMANHÃ: EVOLUÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto

- 375 AS MODALIDADES DE TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 124/2022

Manoel Tavares de Menezes Netto
João Henrique Chauffaille Grognet

- 391 TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA: O PONTO DE INTERSEÇÃO ENTRE FISCO E CONTRIBUINTES

Leonardo Alvim
Frederico Bastos
Artur Muxfeldt

- 402 NORMAS GERAIS SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Dalla Pria

- 417 O "ESQUELETO" DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO EM ÂMBITO NACIONAL: RECURSOS, PRAZOS E PROCEDIMENTO

Hugo Wilken Maurell
Rafael Gaia Edais Pepe

- 434 O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO À LUZ DA PROPOSTA DE INTRODUÇÃO DO ART. 208-A, DO INCISO VI DO ART. 208-C E INCISO II DO ART. 208-D AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Ulisses Schwarz Viana

450 O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, A SUSPENSÃO ANUAL DOS PRAZOS PROCESSUAIS (20/12 A 20/01) E O ART.208-D, § 5º, DO CTN

Mary Elbe Queiroz

Antonio Carlos de Souza Júnior

461 PUBLICIDADE DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS E FÁTICOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO (O NOVO ART. 208-F DO CTN)

Maurício Pereira Faro

Bernardo Motta Moreira

478 NULIDADE DO LANÇAMENTO POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO

Ivan Alegretti

490 MODERNIZAÇÃO DO DIREITO PROCEDIMENTAL TRIBUTÁRIO

Alessandra Machado Brandão Teixeira

Laís Barreto Caldeira

501 TESES DE JULGAMENTO, RAZÕES DE DECIDIR E A NECESSIDADE DE APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE PRECEDENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE JULGADOS TRIBUTÁRIOS DO STF E DO STJ

Nina Pencak

PARTE II

CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE

520 POR QUE UM CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE?

Ives Gandra da Silva Martins

Luis Antonio Flora

- 536 TAXPAYER BILL OF RIGHTS. FUNDAMENTAL RIGHTS THEY SHOULD BE AWARE OF WHEN DEALING WITH THE IRS.
Luis Inácio Adams
Louise Dias Portes
- 550 LO STATUTO DEL CONTRIBUENTE
Giulio de Simone
- 560 PROGRAMAS DE CONFORMIDADE COOPERATIVA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA À LUZ DAS DIRETRIZES DA OCDE E DE OUTROS ORGANISMOS INTERNACIONAIS
Phelippe Toledo Pires de Oliveira
Diana Piatti de Barros Lobo
- 575 A CONSULTA FISCAL COMO MEIO PREVENTIVO DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS. PERSPECTIVA COMPARADA COM ÊNFASE NO MERCOSUL
Renata Andréa Joner Parry
- 611 DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO MULTIPORTAS: ARTS. 9º E 10 DO PLP 125/2022
Trícia Navarro Xavier Cabral
- 627 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DEVERES DOS CONTRIBUINTES EXPRESSOS NO ARTIGO 6º DO PLP 125/2022
Doris Canen
Mariana Abrahão Franco
- 642 A RELEVÂNCIA DAS MEDIDAS DE EDUCAÇÃO FISCAL
Regina Tamami Hirose
- 657 A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SERVIÇOS EM AMBIENTE DIGITAL E CENTRALIZADO: A EXPERIÊNCIA DA PGFN COM O PORTAL REGULARIZE
Joana Marta Onofre de Araújo

670 A SUSPENSÃO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO EM RAZÃO DA AFETAÇÃO DO TEMA AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS OU AO REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL. UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA JURÍDICA.

Rafael Campos Soares da Fonseca

691 O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO NO BRASIL E NOS PAÍSES DA OCDE

Ricardo Fagundes da Silveira

710 QUEM É O DEVEDOR CONTUMAZ?

Júlia Silva Araújo Carneiro

730 IMPACTOS DO INADIMPLEMENTO CONTUMAZ E FRAUDULENTO NA CONCORRÊNCIA E NA LIVRE INICIATIVA

Edson Luiz Vismona

745 O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NO PROCESSO DE DECLARAÇÃO DO DEVEDOR CONTUMAZ

Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva

761 REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO E A REFORMA TRIBUTÁRIA: AS CONSEQUÊNCIAS E RESTRIÇÕES DO DEVEDOR CONTUMAZ

José Leite dos Santos Neto